

A morte do Patrono

Luiz Ernani Caminha Giorgis ^a

*“O homem é senhor dos seus silêncios
e escravo de suas palavras”*

Francisco Paulino Teódulo Franco

Resumo: A Revolução de 1930 marcou um dos períodos mais intensos da história política e militar do Brasil, desencadeando uma série de enfrentamentos entre as forças revolucionárias, que buscavam pôr fim à República Velha, e as forças legalistas, defensoras do governo federal. Nesse contexto, destacou-se o episódio da morte do major Luís de Araújo Correia Lima, oficial legalista, em Curitiba. Como comandante de sua unidade, o major assumiu um papel central na defesa da ordem vigente até o momento em que, durante uma tentativa de prisão por forças revolucionárias, foi morto em combate. Este artigo analisa os eventos que culminaram nesse desfecho trágico, explorando as dinâmicas do confronto armado, a polarização político-militar e as consequências imediatas para o desenrolar da Revolução de 1930.

Palavras-chave: Revolução de 1930, Correia Lima, República Velha.

Curitiba, dia 5 de outubro de 1930, escadaria de acesso ao 9º Regimento de Artilharia Montada, exatamente a 0100 hora. Um incidente entre um major e um capitão causou a morte do pri-

meiro, então comandante interino. Ambos pertenciam àquela unidade do Exército Brasileiro. A motivação e as circunstâncias do incidente foram políticas.

O major era Luís de Araújo

a Coronel de Infantaria. Associado Correspondente Emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



Correia Lima, hoje Patrono dos Centros e Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR/NPOR). O capitão era Carlos Amoretty Osório.

Ipsa Facto.

A unidade era o, já extinto, 9º Regimento de Artilharia Montada (RAM), antecessor do atual 5º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado. O aquartelamento, depois ocupado por diversas Organizações Militares, inclusive pelo 5º Batalhão Logístico (até 1992), situa-se na antiga Praça da República, hoje Praça Rui Barbosa, centro de Curitiba. Atualmente, a fachada do prédio encontra-se tombada pelo Patrimônio Histórico do município.

O contexto político da época era de radicalização em torno das demandas contra ou a favor da Revolução de 1930, a qual já estava em andamento desde dois dias antes. Tudo contra a chamada “Política do Café com Leite”, então no poder.

Contra o governo federal estava a Aliança Liberal, derrotada nas eleições presidenciais de 1º

de março do mesmo ano. O resultado foi favorável à chapa Júlio Prestes - Vital Soares, candidatos situacionistas.

O assassinato do governador da Paraíba João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (figura 1) em 26 de julho de 1930, em Recife, embora tendo sido um crime sem conotação política, precipitou os acontecimentos. João Pessoa foi candidato a vice na chapa de Getúlio Vargas.

Fig. 1 – João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque



Fonte: Fundaj



E os líderes militares estavam, mais uma vez indevidamente, divididos e imersos na lama das pugnas político-partidárias.

Aos fatos.

Eclodida a revolução no dia 3 de outubro, foram presos o comandante da 5ª Região Militar/5ª Divisão de Infantaria (5ª RM/DI), general de brigada Eduardo Monteiro de Barros (figura 2), e o general Maximino Barreto, comandante da 9ª Brigada de Infantaria. Foram presos por oficiais de patentes mais baixas.

Fig. 2 - General Eduardo Monteiro de Barros



Fonte: 5ª RM

Houve aqui uma completa inversão da hierarquia e quebra completa da disciplina.

Eduardo Monteiro de Barros, quando coronel, comandou a Escola Militar do Realengo na época da Missão Indígena. Um exemplo de oficial.

Assumiu o comando da 5ª RM/DI, em 5 de outubro, o revolucionário major Plínio Alves Monteiro Tourinho, então chefe do Serviço de Engenharia Regional, que foi comissionado no posto de general. Tourinho mandou prender o seu próprio comandante.

O governo do Estado do Paraná, com a fuga do governador Afonso Camargo, foi assumido pelo general da Reserva Mário Alves Monteiro Tourinho, irmão do major Plínio Tourinho. Este, um ano após o início da Revolução de 1930, “passou a fazer oposição ao presidente [Getúlio Vargas] para o qual abrisse as portas do Paraná”¹.

A Revolução de 1930 teve seu início no dia 3 de outubro em Porto Alegre, conduzida e lidera-



da por Getúlio Vargas e Juarez do Nascimento Fernandes Távora. O primeiro, no Sul. Este, no Nordeste. Eram, entre muitos outros, os líderes da Aliança Liberal, a qual organizou a Revolução.

Em 4 de novembro de 1891 nascia em Porto Alegre o menino que receberia o nome de Luís de Araújo Correia Lima (figura 3).

Seus pais eram o general de divisão Gonçalo Correia Lima e a Sra. Anna de Araújo Ribeiro. O nome Luís era homenagem ao seu avô. Dezesseis anos depois, em 26 de setembro de 1907, o jovem Luís foi incorporado ao Exército Brasileiro no então 25º Batalhão de Infantaria, sediado na sua cidade natal, a capital do Rio Grande do Sul.

Ainda nesta unidade, prestou concurso e foi aprovado para a outrora Escola de Guerra de Porto Alegre, a qual cursou entre abril de 1908 e janeiro de 1911. Destacou-se Luís como aluno e como militar na Escola de Guerra, já citada; na Escola Militar do Realengo de maio a dezembro de 1913, onde cursou Artilharia; na

Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro (março a dezembro de 1923); e na Escola de Estado-Maior do Exército (EEM), à Rua Barão de Mesquita, no Bairro da Tijuca, Rio (março de 1925 a dezembro de 1927).

Fig. 3 - Luís de Araújo Correia Lima



Fonte: CPOR/PA

Autorizado, adotou ele o nome de guerra de “Correia Lima”. Um irmão mais novo de Correia Lima foi o general Augusto Frederico de Araújo Correia Lima. E mais duas irmãs, Clotilde Marina e Branca Sofia.



Fig. 4 - A família de Correia Lima. Ele é o segundo de pé, da esquerda para a direita



Fonte: CPOR/PA.

Ao longo da carreira, quando integrante do 17º Grupo de Artilharia, Correia Lima trabalhou, durante a Primeira Guerra Mundial nas atividades de vigilância do litoral e da costa brasileira, na região de Rio Grande. Foi instrutor da Escola Militar do Realengo durante a Missão Indígena (1919/1922). Durante a Revolução de 1924 em São Paulo, combateu os revoltosos integrando o 1º Grupo de Artilharia Pesada.

Sua esposa chamava-se Marina de Souza e Mello. O casal foi premiado com dois filhos homens, Alfredo e Paulo. Ambos seguiram a carreira militar.

Idealista, Correia Lima foi grande leitor e pesquisador de temas militares. Conforme o site de genealogia Geneall.net:

As leituras e estudos sobre os acontecimentos da Primeira Guerra Mundial, especialmente quanto aos mecanismos de recrutamento e recompleta-mento de claros nas fileiras dos exércitos europeus, se constituíram na fonte de ins-piração para a criação, no Brasil, dos Centros de Prepa-ração de Oficiais da Reserva (CPOR), que se tornaram o ideal de sua vida e pelo qual trabalhou desde jovem, ainda como tenente. Teve de lutar contra a inércia e a incompre-ensão que existiam, não so-mente no meio civil, mas também no meio militar, onde foi colocada em dúvida a ho-nestidade de seu propósito e, até mesmo, a acusação de ele querer reorganizar a extinta Guarda Nacional. Mas seus ideais se impuseram e, em 22 de abril de 1927, foi criado o primeiro CPOR brasileiro, o do Rio de Janeiro, comandado pelo próprio Correia Lima, então capitão. O CPOR do Rio começou a funcionar efetiva-mente no ano seguinte, ser-



vindo de modelo para a criação de outros Centros em outras capitais, bem como dos futuros Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR).

Conforme a sua fé-de-ofício, obtida no Arquivo Histórico do Exército:

Em 22 de abril de 1927, foi criado o primeiro Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Exército Brasileiro, no Rio de Janeiro, comandado pelo próprio Correia Lima, então capitão. A atividade era exercida concomitantemente com suas funções no Estado-Maior do Exército. O CPOR do Rio começou a funcionar efetivamente no ano seguinte, servindo de modelo para a criação de outros CPOR em outras capitais, que à época eram então vinculados às Regiões Militares. Em dezembro de 1929, concomitantemente com suas funções de Comandante do 1º Grupo do 9º RAM, foi nomeado Diretor do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva da 5ª Região Militar.

Nos primeiros dias de outubro de 1930, o major Correia Lima estava na função de comandante interino do 9º RAM. O comandante, coronel João Cândido Pereira de Castro Júnior, legalista, não estava na unidade porque foi designado para comandar um destacamento enviado para Porto União. Este oficial foi preso pelos revolucionários. Era nascido no Maranhão. Alcançou o generalato.

Importante destacar, desde já, que Correia Lima era legalista, não tendo, portanto, aderido à Revolução de 1930. Tinha sido promovido a major por merecimento em 26 de setembro de 1929. No dia 15 de outubro de 1930 foi promovido post-mortem a tenente-coronel, por ato de bravura.

Em Porto Alegre, a rua que passa em frente ao Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Porto Alegre (CPOR/PA), e que demanda os altos do Morro Santa Teresa, chama-se Rua Correia Lima. No início da rua existe uma pequena praça com o mes-



mo nome e na qual existe um busto do Patrono dos CPOR/NPOR.

Em 26 de julho de 1897, em Bagé, RS, nascia Carlos Amoretty Osório (figura 5), filho de Manoel Luís Osório, que tinha 30 anos, e da Sra. Emília Amoretty, 22 anos. Casou-se com Hilda Meissner em 27 de fevereiro de 1924, em Curitiba, PR. O casal gerou um filho, Carlos Affonso Meissner Osorio (1925–2000) e a filha Norma Meissner Osorio (1926–2015). Sua data de praça é 9 e abril de 1917 na 4ª Companhia de Infantaria. Vinte anos depois foi reformado por Decreto de 19 de agosto de 1937².

Fig. 5 - Carlos Amoretty Osorio



Fonte: Biblioteca Nacional

Amoretty era o Fiscal Administrativo do 9º RAM quando ocorreu a tragédia que vitimou o major Correia Lima. Desde cedo, era revolucionário. Conforme a sua fé-de-ofício obtida no Arquivo Histórico do Exército:

Solicitou e iniciou o Curso de Piloto Militar, mas pediu trancamento (período de outubro de 1921 a maio de 1922). Em julho de 1922 foi preso a fim de apurar a sua participação na Revolta de 1922. Foi colocado em liberdade no início de dezembro do mesmo ano. Em 1930, foi comissionado tenente-coronel, no comando do 9º Regimento (de Artilharia Montada), tendo participado do Combate de Morungava. Em dezembro (de 1930) foi descomissionado em função da vitória do movimento revolucionário. Em 1932, participou da repressão aos revolucionários de São Paulo (Revolução Constitucionalista), participando do Combate de Buri.



Conforme o jornal *Diário Carioca*, edição de 28 de julho de 1935, o capitão Amoretty seguia naquela mesma data do Rio de Janeiro para a 8ª Bateria Isolada de Artilharia de Costa, sediada no Forte Marechal Luz, Ilha de São Francisco do Sul, SC, para terminar de cumprir sua punição, oriunda da transgressão regulamentar de:

"Manifestar-se publicamente a respeito de assumpto político-partidário, com declaração de posto, cargo, função ou comissão que exerce, ou tomar parte activa em manifestações da mesma natureza"³

Em 13 de abril de 1935, a edição do jornal paulistano *O Homem Livre* noticiava que no mesmo ano, ou seja, o ano da Intentona Comunista, Amoretty era, mesmo na ativa do Exército, um dos dirigentes da Aliança Nacional Libertadora. Conforme o *Atlas Histórico do Brasil*, da Fundação Getúlio Vargas, a ANL era uma:

Organização política de âmbito nacional fundada oficialmente em 12 de março de 1935, embora sua ata de fundação seja datada do dia 23 e sua instalação pública tenha ocorrido no dia 30. Constituiu uma frente ampla em que se reuniram representantes de diferentes correntes políticas - socialistas, comunistas, católicos e democratas - e de diferentes setores sociais - proletários, intelectuais, profissionais liberais e militares - todos atraídos por um programa que propunha a luta contra o fascismo, o imperialismo, o latifúndio e a miséria. Foi fechada em 11 de julho de 1935, continuando a atuar na clandestinidade até a eclosão da Revolta Comunista, no mês de novembro do mesmo ano.

Na década de 1940, Carlos Amoretty Osorio cursou a Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), juntamente com Plínio Tourinho. Hoje, existe uma rua com o seu nome no bairro Sítio Cercado, em Curitiba. Faleceu e foi sepultado em 21 de março de 1972 nesta



mesma cidade, aos 74 anos de idade.

Finalmente, vamos nos reportar ao objetivo deste trabalho: a morte do major Correia Lima.

Conforme o depoimento do major Plínio Tourinho (general comissionado), era necessário obter a posição do 9º RAM em relação à Revolução e, para isso:

“[...] designei o capitão Álvaro Barroso de Souza Júnior para ir ao quartel daquela unidade entender-se com o capitão Amorety Osorio, dando-lhe conta de que os demais corpos estavam a postos, prontos para iniciar o movimento que se esperava fosse efetivado sem derramamento de sangue. Mas a fatalidade se opôs a esse generoso desejo. Precisamente no momento de chegar ao quartel do 9º RAM, depois de ter transposto com dificuldade o cordão de sentinelas, o capitão Álvaro Barroso, devido à escuridão, não reconheceu a pessoa do bravo major Correia Lima, único oficial fiel ao governo e, em altas vozes, perguntou onde se encontrava o capitão Amorety,

pois vinha em missão especial do major Plínio Tourinho. Nesse ínterim, bastante exaltado, como era natural, em altas vozes o major Correia Lima declarou que ele era o comandante do 9º RAM e que só recebia ordens do comandante da região. O que se passou então foi rápido e imprevisível. O capitão Amorety aproximou-se do major Correia Lima e deu-lhe ordem de prisão, apontando-lhe a pistola ao peito e intimando-o a render-se, porque o regimento estava revoltado. Em rápido movimento de defesa, o major Correia Lima deu uma pancada com a mão direita, de baixo para cima, na mão que o capitão Amorety empunhava a pistola. A arma disparou e o projétil feriu o major Correia Lima pouco abaixo do nariz, produzindo-lhe morte instantânea. Foi um fato lastimável e muito deplorado pelos revolucionários, pois Correia Lima era considerado um dos oficiais mais ilustres do Exército, pelo seu saber, capacidade de trabalho e amor ao país”⁴.



Outro depoimento foi o do tenente Henrique Rabello de Mello, do 9º RAM. Ei-lo:

“[...] O tenente Barroso, do Serviço de Engenharia da Região, se aproximara do portão principal do quartel do 9º, afim de fazer a ligação do major Plínio Tourinho com os oficiais daquela unidade, conseguindo passar pelo cordão de sentinela graças às ordens dadas pelo segundo-sargento Gonçalo para não atirar. Quando o tenente Barroso se defrontava com o capitão Amorety Ozório, chefe do movimento no 9º procurando falar-lhe, surgiu inopinadamente o major Correia Lima que, investindo contra aqueles dois Oficiais, supondo que eram ordens trazidas do Quartel-General, gritou que só ele ali recebia ordens. Seguiu-se a esse incidente uma cena rápida de que resultou a morte do major Correia Lima, daí resultando o início do movimento em Curitiba [...]”⁵.

Conforme o jornal *O Dia*, do Rio de Janeiro, edição de 4 de outubro, que cobriu a revolução

em Curitiba, os acontecimentos foram os seguintes:

O único fato lamentável: a Morte do major Correia Lima – De todo o movimento irrompido em nossa capital (Curitiba), o único fato lamentável é a morte do major Correia Lima, aliás fruto exclusivo da fatalidade (grifo nosso). O fato teria se passado da seguinte maneira: Um oficial revolucionário ao ser surpreendido pelo major Correia Lima em confabulação com um emissário dos revoltosos, sacou de sua pistola e apontou contra o peito do referido major, intimando-o a render-se. O major, nessa ocasião, num movimento rápido, deu com a mão direita, uma pancada na pistola que lhe era apontada ao peito, fazendo levantar a boca da arma e funcionar o gatilho da mesma, que é muito sensível. O tiro partiu, indo o projétil alojar-se na cabeça do major que, em consequência, veio a falecer momentos após. Este lutuoso acontecimento é deplorado por toda a oficialidade revoltosa, porquanto o major Correia Lima, apesar de extremado até a paixão nas suas ideias de fidelidade ao Governo Federal,



era estimado por todos os seus companheiros de armas desta guarnição⁶.

Finalmente, um quarto e último depoimento, o do general Higino de Barros Lima, na época 1º tenente. Ei-lo:

“Situação no 9º RAM. Como ficou dito, alhures, na noite de 4 para 5 de outubro, por volta das 24 horas, o major Correia Lima telefonara ao major Mendonça Lima - oficial este muito ligado ao Comandante da Região, General Eduardo Monteiro de Barros - e que se achava no Quartel-General, pedindo-lhe permissão para deslocar-se com o Regimento para Antonina, com o que evitaria a adesão de sua Unidade às da Guarnição, nessa altura já consideradas rebeladas desde o entardecer do dia 4. Além disto, não estava Correia Lima seguro sobre os sentimentos de sua oficialidade, quanto à disposição legalista. Ao nos transmitir a conversa telefônica que mantivera com o major Correia Lima, dissera-nos Mendonça Lima que pôde notar o nervosismo de que estava possuído o comandante do 9º RAM (in-

terino), a tal ponto que não foi possível compreender o mais que dizia. Naquela mesma data (dia 4) dos acontecimentos havidos através do ‘confessionário’ (sic), ficara estabelecido que a Guarnição, sob a chefia do Ten Cel Plínio Tourinho, levantar-se-ia às 4:30 horas da manhã de 5, iniciando sua ação revolucionária, depondo e prendendo as autoridades, notadamente as estaduais, a começar pelo Presidente Dr. Afonso Alves de Camargo. Acertada a hora H do levante, mas como não tinham os revolucionários certeza sobre a conduta do 9º RAM, lá por volta da 1:00 hora do dia 5, Plínio Tourinho envia ao Quartel daquela Unidade, o 1º tenente Álvaro Barroso, do Serviço de Engenharia Regional, cuja missão consistia em manter entendimentos com o capitão Amorety Ozório, no sentido de convencê-lo, e a seus companheiros, que não desejassem aderir à revolução, que se abstivessem de resistir ao levante, a fim de evitar-se acontecimentos a lamentar. Em cumprimento à missão recebida, o tenente Barroso dirigiu-se ao 9º RAM. Lá chegando, sobe a escadaria que dá acesso ao interior do quartel,



pelo portão das armas. A porta está fechada e, uma portinhola destacada na própria porta, semicerrada. A sentinela, junto à portinhola, na guarita, em presença de um oficial fardado e seu conhecido, dá-lhe acesso. No Corpo da Guarda, ali próximo, pede que lhe chamem o tenente Amorety. O ruído dos passos do tenente Barroso, àquelas horas silenciosas da noite, ao subir a escadaria, é ouvido por Correia Lima, que se achava no Gabinete de Comando, situado no pavimento superior, exatamente acima do vestibulo. Ciente de que alguém procurara por um oficial da Unidade, que não a ele, desce Correia Lima, passos rápidos, a escada em espiral que liga a parte superior ao vestibulo, bradando em altas vozes: - O comandante sou eu! É a mim que se deve dirigir! O tenente Barroso, ao sentir a presença de Correia Lima, e por sabê-lo francamente contrário à revolução, procurava retirar-se pela mesma portinhola por onde entrara. É seguido por Correia Lima, que o chama. Nesse ínterim, vindo do pátio interno, chega ao vestibulo o tenente Amorety. Num relance, percebe a situação delicada em que se encon-

tra. Trocam, entre si, algumas palavras. Conhecedor Amorety, do quanto temperamental é Correia Lima, aponta-lhe ao peito a 'parabelum' que sacara rapidamente, dizendo-lhe: - Major, considere-se preso! Correia Lima não se intimida diante da arma que lhe aponta Amorety. Aproxima-se mais deste e, enquanto procura sacar da pistola que trazia consigo, tenta afastar a 'parabelum', com um gesto brusco e violento. Ouve-se um estampido. Correia Lima desequilibra-se e, lentamente, cai ao solo. Imediatamente socorrido, é levado à Enfermaria Regimental, onde chega já sem vida. O projétil penetrara-lhe em um dos lados da boca e, atravessando-lhe o cérebro, em sentido ascendente, saíra pouco acima da nuca. Estava consumada a tragédia [...] Tristeza e nervosismo envolvem todo o quartel"⁷.

As considerações finais são as seguintes.

Os quatro depoimentos coincidem quase que integralmente. O que teria causado o acionamento da tecla do gatilho da pistola? O dedo do capitão ou



o choque do golpe da mão direita do major? Teve o capitão a intenção de atirar, ou somente conter o major e prendê-lo?

Há que se considerar que minutos antes, na condição de colegas de arma e de unidade, eram companheiros. Não há dúvida de que o major estava nervoso em função da situação geral e com receio da sua própria OM - revoltosa. E não suportou ser ameaçado de prisão por um oficial mais moderno. Reagiu da pior maneira, com violência.

Parece não haver dúvida de que o capitão não deveria ter sacado da arma, ou seja, poderia ter procedido de maneira a convencer o major de que não adiantava reagir, porque a revolução já era uma realidade. Mas encontrou pela frente os brios feridos do major Correia Lima.

O capitão Amoretty nenhuma sanção sofreu em função do fato. Ali, naquele momento, era um oficial legalista derrotado contra outro oficial revoltoso e já vitorioso.

Enfim, uma tragédia, que só pode ser debitada à sanha revolucionária que tomou conta do país naqueles primeiros dias de outubro de 1930.

O Exército perdeu um excelente oficial, que poderia ainda muito produzir em proveito da instituição, mas que deixou um legado importante, a criação dos CPOR/NPOR.

Ao critério e à reflexão de cada leitor deste texto.

BIBLIOGRAFIA

CPDOC/FGV. *Revolução de 1930*. Rio de Janeiro. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVOLU%C3%87%C3%83O%20DE%201930.pdf>. Acesso em 13 out. 2024.

FAMILY SEARCH. Disponível em <https://ancestors.familysearch.org/en/LR7F-2NV/carlos-amoretty-os%C3%B3rio-1897-1972>. Acesso em 13 out. 2024.



GENEALL. Disponível em <https://geneall.net/pt/>. Acesso em 13 out. 2024.

INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO PARANAENSE. *Cinquentenário da Revolução de Trinta no Paraná*. Curitiba: IHGEP, 1980.

NOTAS

¹ INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO PARANAENSE. *Cinquentenário da Revolução de Trinta no Paraná*. Curitiba: IHGEP, 1980, p. 75.

² Cf. ancestors.familysearch.org

³ Hoje em dia, transgressão prevista no Decreto nº 4.346, de 26 de agosto de 2002, que aprovou o atual Regulamento Disciplinar do Exército (RDE, ou R-4).

⁴ INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO PARANAENSE, op.cit., p. 81.

⁵ Ibid., p. 110.

⁶ Ibid., p. 120-121.

⁷ Ibid., p. 248-249.